



MUNICÍPIO DE SANTA BÁRBARA D'OESTE

1

## TERMO DE COLABORAÇÃO/PARCERIA Nº 03 / 2020

*"Termo de Colaboração com pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos, qualificada como Organização da Sociedade Civil (OSC), Parceria através de Termo de Colaboração com pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos, para celebração de contrato com o objetivo de atender em período integral a 60 alunos (sessenta) alunos da Educação Infantil - Dispensa de Chamamento Público nº 738/19."*

Pelo presente instrumento particular, as partes:

- 1) **O MUNICÍPIO DE SANTA BÁRBARA D'OESTE**, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº 46.422.408/0001-52, sediado na Avenida Monte Castelo, nº 1000 - Jardim Primavera, nesta cidade e Comarca de Santa Bárbara d'Oeste, Estado de São Paulo, neste ato representado pelo Sr. **DENIS EDUARDO ANDIA**, Prefeito Municipal, e pela Sra. **TÂNIA MARA DA SILVA**, Secretária Municipal de Educação, doravante denominado simplesmente **PMSBO**, e
- 2) **SERVIÇO PAROQUIAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE SANTA BÁRBARA**, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ sob nº 56.728.215/0001-88, com sede na Rua dos Emboabas, nº 368, Bairro Jardim Paraíso, no município de Santa Bárbara d'Oeste, Estado de São Paulo, CEP 13.457-053, doravante denominada simplesmente **OSC**, tendo em vista que a **OSC** credenciou-se através da **DISPENSA DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 738/2019 - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 666-03-07/2019**, conforme parecer da Comissão de Seleção, homologado pelo Sr. Prefeito Municipal em **06 de janeiro de 2020**,

**resolvem** celebrar o presente **Termo de Colaboração**, decorrente da sobredita **DISPENSA**, tendo em vista o que consta do Processo Administrativo n. 2019/666-03-07 e em observância às disposições da Lei Federal nº 13.019, artigo 30, VI, e Decreto Municipal nº 6.769/17, artigo 20, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas:

### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

- 1.1 Parceria através de Termo de Colaboração com pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos, para celebração de contrato com o objetivo de atender em período integral a 60 alunos (sessenta) alunos da Educação Infantil.

### CLÁUSULA SEGUNDA - DO PLANO DE TRABALHO

- 2.1 Para o alcance do objeto pactuado, os partícipes obrigam-se a cumprir o plano de trabalho que, independente de transcrição, é parte integrante e indissociável do presente Termo de Colaboração, bem como toda documentação técnica que dele resulte, cujos dados neles contidos os partícipes acatam.

**Subcláusula única:** Os ajustes no plano de trabalho serão formalizados por aditamento ao termo de colaboração, sendo vedada a alteração do objeto da parceria.



## CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA

- 3.1 O prazo de vigência deste Termo de Colaboração será de **12 (doze) meses** contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado nos seguintes casos e condições previstos no art. 55 da Lei nº 13.019/2014:
- 3.1.1 Mediante termo aditivo, por solicitação da **OSC** devidamente fundamentada, formulada, no mínimo, 30 (trinta) dias antes do seu término, desde que autorizada pela Administração Pública, e
- 3.1.2 De ofício, por iniciativa da **PMSBO**, quando esta der causa a atraso na liberação de recursos financeiros, limitada ao exato período do atraso verificado.
- 3.2 O limite máximo de prorrogação do presente Termo de Colaboração não poderá exceder 60 (sessenta) meses, incluído neste prazo, o prazo de vigência inicial.

## CLÁUSULA QUARTA – DOS RECURSOS FINANCEIROS

- 4.1 Para a execução das atividades previstas neste Termo de Colaboração, serão disponibilizados recursos no valor total de **R\$ 304.911,00 (trezentos e quatro mil e novecentos e onze reais)**, conforme Cronograma de Desembolso constante do plano de trabalho, de acordo com a seguinte distribuição:
- 4.1.1 Funcional Programática nº 12.365.0011.2.088 - Gestão da Educação Infantil – 02.02.01 Categoria Econômica nº 3.3.90.39.00 - Outros Serviços Terceiros Pessoa Jurídica- Vínculo 01, suplementada se necessário.

## CLÁUSULA QUINTA – DA LIBERAÇÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS

- 5.1 A liberação do recurso financeiro se dará em parcelas, em estrita conformidade com o Cronograma de Desembolso, o qual guardará consonância com as metas da parceria, ficando a liberação condicionada, ainda, ao cumprimento dos requisitos previstos no art. 48 da Lei Federal nº 13.019/2014.

**Subcláusula primeira** - As parcelas dos recursos ficarão retidas até o saneamento das impropriedades ou irregularidades detectadas nos seguintes casos:

- I- Quando houver evidências de irregularidade na aplicação de parcela anteriormente recebida;
- II- Quando constatado desvio de finalidade na aplicação dos recursos ou o inadimplemento da **OSC** em relação a obrigações estabelecidas no Termo de Colaboração;
- III- Quando a **OSC** deixar de adotar sem justificativa suficiente as medidas saneadoras apontadas pela **PMSBO** ou pelos órgãos de controle interno ou externo.

**Subcláusula segunda** - A verificação das hipóteses de retenção previstas no item na Subcláusula Primeira ocorrerá por meio de ações de monitoramento e avaliação, incluindo:

- I- A verificação da existência de denúncias aceitas;



- II- A análise das prestações de contas quadrimestrais e anuais, nos termos da legislação federal vigente, do Decreto Municipal nº 6.769/2017 e as instruções do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo;
- III- As medidas adotadas para atender a eventuais recomendações existentes dos órgãos de controle interno e externo; e
- IV- A consulta aos cadastros e sistemas que permitam aferir a regularidade da parceria.

**Subcláusula terceira** - Conforme disposto no inciso II do *caput* do art. 48 da Lei Federal nº 13.019/2014, o atraso injustificado no cumprimento de metas pactuadas no plano de trabalho configura inadimplemento de obrigação estabelecida no Termo de Colaboração, nos termos da subcláusula primeira, inciso II, desta Cláusula.

**Subcláusula Quarta** - Em caso de atraso nos pagamentos pelo município, os valores respectivos serão atualizados financeiramente desde a data do vencimento até a data do efetivo pagamento, aplicando-se o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, calculado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (pró-rata) registrado nesse período.

**Subcláusula Quinta** - Os pagamentos somente ocorrerão em caso de serviço efetivamente prestados pela **OSC** e serão disponibilizados conforme cronograma de desembolso.

**Subcláusula Sexta** - Entregar mensalmente à **PMSBO**, cópias das guias de recolhimento de INSS e FGTS, referente ao mês anterior dos funcionários alocados na prestação de serviços, por ocasião dos repasses na forma estabelecida pelo cronograma de desembolso.

**Subcláusula Sétima** - Nenhum repasse será efetuado à **OSC** enquanto qualquer obrigação estiver pendente de liquidação, sem que isso gere direito a reajustamento de preços ou correção monetária.

**Subcláusula Oitava** - No caso da **OSC** em situação de recuperação judicial, deverá apresentar declaração, relatório ou documento equivalente de seu administrador judicial, ou se o administrador judicial for pessoa jurídica, do profissional responsável pela condução do processo, de que está cumprindo o plano de recuperação judicial.

**Subcláusula Nona** - No caso da **OSC** em situação de recuperação extrajudicial, junto com os demais comprovantes, deverá apresentar comprovação documental de que está cumprindo as obrigações do plano de recuperação extrajudicial.

**Subcláusula Décima** - A não apresentação das comprovações de que tratam as Subcláusulas Oitava e Nona assegura a **PMSBO** o direito de sustar o repasse respectivo e/ou repasses seguintes.

## CLÁUSULA SEXTA - DA MOVIMENTAÇÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS

- 6.1 Os recursos referentes ao presente Termo de Colaboração, desembolsados pelo Município de Santa Bárbara d'Oeste, serão mantidos na **Conta Corrente: 2451-3, Agência: 0960 OP:003, Banco: Caixa Econômica Federal.**



**Subcláusula Primeira** - Os recursos depositados na conta bancária específica do Termo de Colaboração serão aplicados em cadernetas de poupança, fundo de aplicação financeira de curto prazo ou operação de mercado aberto lastreada em títulos da dívida pública, enquanto não empregados na sua finalidade.

**Subcláusula Segunda.** Os rendimentos auferidos das aplicações financeiras poderão ser aplicados no objeto deste instrumento desde que haja solicitação fundamentada da **OSC** e autorização da **PMSBO**, estando sujeitos às mesmas condições de prestação de contas exigidas para os recursos transferidos.

**Subcláusula Terceira.** A conta referida no *caput* desta Cláusula será em instituição financeira pública determinada pela **PMSBO** e isenta da cobrança de tarifas bancárias.

**Subcláusula Quarta.** Os recursos da parceria geridos pela **OSC** estão vinculados ao Plano de Trabalho e não caracterizam receita própria e nem pagamento por prestação de serviços e devem ser alocados nos seus registros contábeis conforme as Normas Brasileiras de Contabilidade.

**Subcláusula Quinta.** Toda a movimentação de recursos será realizada mediante transferência eletrônica sujeita à identificação do beneficiário final e à obrigatoriedade de depósito em sua conta bancária.

**Subcláusula Sexta.** Caso os recursos depositados na conta corrente específica não sejam utilizados no prazo de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, contado a partir da efetivação do depósito, o Termo de Colaboração será rescindido unilateralmente pela **PMSBO**, salvo quando houver execução parcial do objeto, desde que previamente justificado pelo gestor da parceria e autorizado pelo Secretário Municipal ou pelo Prefeito Municipal.

## CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA PMSBO E DA OSC

7.1 O presente Termo de Colaboração deverá ser executado fielmente pelas Partes, de acordo com as cláusulas pactuadas e as normas aplicáveis, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução ou execução parcial, sendo vedado à **OSC** utilizar recursos para finalidade alheia ao objeto da parceria.

7.1.1 Além das obrigações constantes na legislação que rege o presente instrumento e dos demais compromissos assumidos neste instrumento, cabe à **PMSBO** cumprir as seguintes atribuições, responsabilidades e obrigações:

- I. Promover o repasse dos recursos financeiros obedecendo ao Cronograma de Desembolso constante do plano de trabalho;
- II. Prestar o apoio necessário e indispensável à **OSC** para que seja alcançado o objeto do Termo de Colaboração em toda a sua extensão e no tempo devido;
- III. Monitorar e avaliar a execução do objeto deste Termo de Colaboração por meio de análise das informações acerca do processamento da parceria, diligências e visitas **in loco**, quando necessário, zelando pelo alcance dos resultados pactuados e pela correta aplicação dos recursos repassados, observando o prescrito na Cláusula Décima;



MUNICÍPIO DE SANTA BÁRBARA D'OESTE

- IV. Comunicar à **OSC** quaisquer irregularidades decorrentes do uso dos recursos públicos ou outras impropriedades de ordem técnica ou legal fixando o prazo previsto na legislação para saneamento ou apresentação de esclarecimentos e informações;
- V. Analisar os relatórios de execução do objeto;
- VI. Analisar os relatórios de execução financeira;
- VII. Receber, propor, analisar e, se for o caso, aprovar as propostas de alteração do Termo de Colaboração;
- VIII. Instituir Comissão de Monitoramento e Avaliação - CMA, nos termos do artigo 9, § 1º do Decreto Municipal nº 6.769/2017;
- IX. Designar o gestor da parceria, que ficará responsável pelas obrigações previstas no art. 61 da Lei Federal nº 13.019/2014, e pelas demais atribuições constantes na legislação regente;
- X. Retomar os bens públicos em poder da **OSC** na hipótese de inexecução por culpa exclusiva da organização da sociedade civil, exclusivamente para assegurar o atendimento de serviços essenciais à população, por ato próprio e independentemente de autorização judicial, a fim de realizar ou manter a execução das metas ou atividades pactuadas, nos termos do art. 62, inciso I, da Lei Federal nº 13.019/2014;
- XI. Assumir a responsabilidade pela execução do restante do objeto previsto no plano de trabalho, no caso de paralisação e inexecução por culpa exclusiva da organização da sociedade civil, de modo a evitar sua descontinuidade, devendo ser considerado na prestação de contas o que foi executado pela **OSC** até o momento em que a **PMSBO** assumir essas responsabilidades, nos termos do art. 62, II, da Lei Federal nº 13.019/2014;
- XII. Reter a liberação dos recursos quando houver evidências de irregularidade na aplicação de parcela anteriormente recebida, ou quando a **OSC** deixar de adotar sem justificativa suficiente as medidas saneadoras apontadas pela **PMSBO** ou pelos órgãos de controle interno ou externo, comunicando o fato à **OSC** e fixando-lhe o prazo de até 30 (trinta) dias para saneamento ou apresentação de informações e esclarecimentos, nos termos do art. 48 da Lei Federal nº 13.019/2014;
- XIII. Prorrogar de “ofício” a vigência do Termo de Colaboração, antes do seu término, quando der causa a atraso na liberação dos recursos, limitada a prorrogação ao exato período do atraso verificado, nos termos do art. 55, parágrafo único, da Lei Federal nº 13.019/2014;
- XIV. Publicar, no Diário Oficial do Estado, no Diário Oficial do Município, em jornal de grande circulação e no sítio do Município de Santa Bárbara d'Oeste, extrato do Termo de Colaboração;
- XV. Divulgar informações referentes à parceria celebrada em dados abertos e acessíveis e manter, no seu sítio eletrônico oficial, o instrumento da parceria celebrada e seu respectivo plano de trabalho, nos termos do art. 10 da Lei Federal nº 13.019/2014;



MUNICÍPIO DE SANTA BÁRBARA D'OESTE

- XVI.** Exercer atividade normativa, de controle e fiscalização sobre a execução da parceria, inclusive, se for o caso, reorientando as ações, de modo a evitar a descontinuidade das ações pactuadas;
  - XVII.** Informar à **OSC** os atos normativos e orientações da Administração Pública que interessem à execução do presente Termo de Colaboração;
  - XVIII.** Analisar e decidir sobre a prestação de contas dos recursos aplicados na consecução do objeto do presente Termo de Colaboração;
  - XIX.** Aplicar as sanções previstas na legislação, proceder às ações administrativas necessárias à exigência da restituição dos recursos transferidos e instaurar Tomada de Contas Especial, quando for o caso;
  - XX.** Atender plenamente as instruções normativas expedidas pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo referentes ao Termo de Colaboração;
  - XXI.** Atender plenamente o regramento trazido pela Lei Federal nº 13.019/2014, pelo Decreto Municipal nº 6.769 /2017, bem como demais legislações eventualmente cabíveis para a parceria em foco.
- 7.1.2** Além das obrigações constantes na legislação que rege o presente instrumento e dos demais compromissos assumidos neste instrumento, cabe à **OSC** cumprir as seguintes atribuições, responsabilidades e obrigações:
- I. Estar legalmente constituída, com instalações físicas em condições de habitabilidade, higiene, salubridade e segurança;
  - II. Ter um coordenador técnico pelo serviço;
  - III. Organizar e manter atualizados e com fácil acesso, documentos que facilitem a fiscalização, avaliação e controle social;
  - IV. Cumprir as metas estabelecidas pela **PMSBO** no Plano de Trabalho;
  - V. apresentar os documentos e relatórios solicitados nos meios de verificação estabelecidos nas metas/indicadores; e
  - VI. Cumprir as disposições legais conforme específica a Lei Federal nº 13.019/2014 e suas alterações.
  - VII.** Executar fielmente o objeto pactuado, de acordo com as cláusulas deste Termo, a legislação pertinente e o plano de trabalho aprovado pela **PMSBO**, adotando todas as medidas necessárias à correta execução deste Termo de Colaboração, observado o disposto na Lei Federal nº 13.019/2014;
  - VIII.** Zelar pela boa qualidade das ações e serviços prestados, buscando alcançar eficiência, eficácia, efetividade social e qualidade em suas atividades;



MUNICÍPIO DE SANTA BÁRBARA D'OESTE

- IX.** Garantir o cumprimento da contrapartida em bens e serviços conforme estabelecida no plano de trabalho, se for o caso;
- X.** Manter e movimentar os recursos financeiros de que trata este Termo de Colaboração em conta bancária específica, na instituição financeira pública determinada pela **PMSBO**, inclusive os resultados de eventual aplicação no mercado financeiro, aplicando-os, na conformidade do plano de trabalho, exclusivamente no cumprimento do seu objeto, observadas as vedações relativas à execução das despesas;
- XI.** Não utilizar os recursos recebidos nas despesas vedadas pelo artigo 45 da Lei Federal nº 13.019/2014;
- XII.** Apresentar Relatório de Execução do Objeto de acordo com o estabelecido nos artigos 63 a 72 da Lei Federal nº 13.019/2014;
- XIII.** Executar o plano de trabalho aprovado, bem como aplicar os recursos públicos e gerir os bens públicos com observância aos princípios da legalidade, da legitimidade, da imparcialidade, da moralidade, da publicidade, da economicidade, da eficiência e da eficácia;
- XIV.** Prestar contas à **PMSBO**, quadrimensalmente e ao término de cada exercício e no encerramento da vigência do Termo de Colaboração, nos termos do capítulo IV da Lei Federal nº 13.019/2014;
- XV.** Responsabilizar-se pela contratação e pagamento do pessoal que vier a ser necessário à execução do plano de trabalho, conforme disposto no inciso VI do artigo 11, inciso I, e §3º do artigo 46 da Lei Federal nº 13.019/2014, inclusive pelos encargos sociais e obrigações trabalhistas decorrentes, ônus tributários ou extraordinários que incidam sobre o instrumento;
- XVI.** Permitir o livre acesso do gestor da parceria, membros do Conselho de Política Pública da área, quando houver, da Comissão de Monitoramento e Avaliação – CMA e servidores do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Municipal e do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, a todos os documentos relativos à execução do objeto do Termo de Colaboração, bem como aos locais de execução do projeto, permitindo o acompanhamento **in loco** e prestando todas e quaisquer informações solicitadas;
- XVII.** Quanto aos bens materiais e/ou equipamentos adquiridos com os recursos deste Termo de Colaboração:
  - a.** Utilizar os bens materiais e/ou equipamentos em conformidade com o objeto pactuado;
  - b.** Garantir sua guarda e manutenção;
  - c.** Comunicar imediatamente à **PMSBO** qualquer dano que os bens vierem a sofrer;
  - d.** Arcar com todas as despesas referentes a transportes, guarda, conservação, manutenção e recuperação dos bens;



- e. Em caso de furto ou de roubo, levar o fato, por escrito, mediante protocolo, ao conhecimento da autoridade policial competente, enviando cópia da ocorrência à **PMSBO**, além da proposta para reposição do bem, de competência da **OSC**;
  - f. Durante a vigência do Termo de Colaboração, somente movimentar os bens para fora da área inicialmente destinada à sua instalação ou utilização mediante expressa autorização da **PMSBO** e prévio procedimento de controle patrimonial.
- XVIII.** Por ocasião da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção deste Termo de Colaboração, restituir à **PMSBO** os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, no prazo improrrogável, de 30 (trinta) dias, conforme artigo 52 da Lei Federal nº 13.019/2014 e artigo 39, do Decreto Municipal nº 6.769/2017;
- XIX.** Manter, durante a execução da parceria, as mesmas condições exigidas nos artigos 33 e 34 da Lei Federal nº 13.019/2014;
- XX.** Manter registros, arquivos e controles contábeis específicos para os dispêndios relativos a este Termo de Colaboração, pelo prazo de 10 (dez) anos após a prestação de contas, conforme previsto no parágrafo único do artigo 68 da Lei Federal nº 13.019/2014;
- XXI.** Garantir a manutenção da equipe técnica em quantidade e qualidade adequadas ao bom desempenho das atividades;
- XXII.** Observar, nas compras e contratações de bens e serviços e na realização de despesas e pagamentos com recursos transferidos pela **PMSBO**, os procedimentos estabelecidos pela **PMSBO**, bem como aqueles definidos por legislação para o Termo de Colaboração, pautando sempre pelos princípios da legalidade, imparcialidade, moralidade, publicidade e eficiência, bem como demais princípios pertinentes;
- XXIII.** Incluir regularmente as informações e os documentos exigidos pela Lei Federal nº 13.019/2014, mantendo-os atualizados, e prestar contas dos recursos recebidos;
- XXIV.** Observar o disposto no artigo 48 da Lei Federal nº 13.019/2014, para o recebimento de cada parcela dos recursos financeiros;
- XXV.** Comunicar à **PMSBO** suas alterações estatutárias, após o registro em cartório;
- XXVI.** Divulgar na internet e em locais visíveis da sede social da **OSC** e dos estabelecimentos em que exerce suas ações todas as informações detalhadas no artigo 11, incisos I a VI, da Lei Federal nº 13.019/2014;
- XXVII.** Submeter previamente à **PMSBO** qualquer proposta de alteração do plano de trabalho, na forma definida neste instrumento, observadas as vedações relativas à execução das despesas;



- XXVIII.** Responsabilizar-se exclusivamente pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, inclusive no que disser respeito às despesas de custeio, de investimento e de pessoal, nos termos do art. 42, inciso XIX, da Lei Federal nº 13.019/2014;
- XXIX.** Responsabilizar-se exclusivamente pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relacionados à execução do objeto previsto neste Termo de Colaboração, o que não implica responsabilidade solidária ou subsidiária da **PMSBO** quanto à inadimplência da **OSC** em relação ao referido pagamento, aos ônus incidentes sobre o objeto da parceria ou aos danos decorrentes de restrição à sua execução, nos termos do artigo 42, inciso XX, da Lei Federal nº 13.019/2014;
- XXX.** Quando for o caso, providenciar licenças e aprovações de projetos emitidos pelo órgão ambiental competente, da esfera municipal, estadual, do Distrito Federal ou federal e concessionárias de serviços públicos, conforme o caso, e nos termos da legislação aplicável.
- XXXI.** Atender plenamente as instruções normativas expedidas pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo referentes ao Termo de Colaboração;
- XXXI.** Atender plenamente o regramento trazido pelo Decreto Municipal nº 6.769/2017.
- XXXIII.** Observar, no transcorrer da execução de suas atividades, as orientações emanadas da **PMSBO**, elaboradas com base no acompanhamento e supervisão;
- XXXIV** Responsabilizar-se, integralmente, pelos encargos de natureza trabalhista e previdenciária, referentes aos recursos humanos utilizados na execução do objeto deste **TERMO DE COLABORAÇÃO**, decorrentes do ajuizamento de eventuais demandas judiciais, bem como por todos os ônus tributários ou extraordinários que incidam sobre o presente instrumento;
- XXXV.** Promover as publicações exigidas na legislação pertinente, em especial relatório de execução física do objeto;
- XXXVI.** Divulgar o regulamento próprio contendo os procedimentos que adotará para promover a aquisição ou contratação de quaisquer bens, obras e serviços, observados os princípios da legalidade, legitimidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, economicidade, eficiência e da eficácia, ou seja, pleno atendimento ao artigo 5º da Lei Federal nº 13.019/2014;
- XXXVII.** Prestar os serviços objeto deste Termo de Colaboração nas condições previstas no processo administrativo que lhe deu ensejo;
- XXXVIII.** A **OSC** responsabilizar-se-á pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e outros resultantes da execução do Termo de Colaboração;
- XXXIX.** A inadimplência da **OSC**, com referência aos encargos estabelecidos no item anterior, não transfere a **PMSBO** a responsabilidade de seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do Termo de Colaboração;



MUNICÍPIO DE SANTA BÁRBARA D'OESTE

- XL.** A **OSC** obrigar-se-á a fornecer à **PMSBO** os dados técnicos que este achar de seu interesse e todos elementos e informações necessários, quando solicitados;
- XLI.** A **OSC** responsabilizar-se-á pelos danos causados diretamente à **PMSBO** ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo, na execução da Parceria;
- XLII.** **AOSC** deverá permitir que os serviços executados e os processos de serviços sejam supervisionados por técnicos designados pela **Secretaria Municipal de Educação**;
- XLIII.** É vedado a **OSC** utilizar, revelar ou divulgar, no todo ou em parte, ainda que para uso interno, informações ou documentos vinculados à prestação de serviços para o Município, salvo com autorização da **Secretaria Municipal de Educação** e ainda nos casos previstos neste Termo de Colaboração e na **Dispensa nº 738/2019** e dos documentos junto a ela anexados, principalmente, o documento Referência para Colaboração e o Plano de Trabalho;
- XLIV.** Fornecer à **PMSBO**, sempre que solicitadas, certidões negativas de encargos trabalhistas, fiscais e previdenciários;
- XLV.** Cumprir todas as normas Federais, Estaduais e Municipais que existam e que vierem a existir acerca do objeto da **Dispensa nº 1095/2017**, e dos documentos junto a ela anexados, principalmente, o documento Referência para Colaboração e o Plano de Trabalho;
- XLVI.** Se entender necessário, a **PMSBO** através de sua área técnica, poderá vistoriar a **OSC** e emitirá relatório dessa vistoria;
- XLVII.** Responsabilizar-se pela estrutura de recursos humanos utilizados na execução deste **Termo de Colaboração**, inclusive pela organização, fiscalização e pelo pagamento de todo o pessoal (técnico e de apoio) necessário ao bom desenvolvimento das ações previstas no plano de trabalho;
- XLVIII.** Utilizar, para a contratação de pessoal, critérios exclusivamente técnicos, observando as normas legais vigentes, em especial as trabalhistas e previdenciárias;
- XLIX.** Contratar serviços de terceiros, sempre que necessário e com anuência da **PMSBO**, responsabilizando-se pelos encargos daí decorrentes;
- L.** Arcar com salários, encargos sociais, trabalhistas, tributos e todas as despesas referentes à execução dos serviços;
- LI.** **AOSC** é obrigada a substituir ou corrigir, de imediato e às suas expensas, serviços em que se verificam irregularidades;



- LII.** Durante e após a vigência da Parceria e no que disser respeito ao seu objeto, a **OSC** deverá manter a **PMSBO** à margem de quaisquer ações judiciais, reivindicações ou reclamações, sendo a **OSC**, a qualquer circunstância, nesse particular, considerada como única e exclusiva empregadora, e responsável pela garantia e exatidão dos serviços e por qualquer ônus que a **PMSBO** venha a arcar em qualquer época, em decorrência de tais ações, reivindicações ou reclamações;
- LIII.** AOSC deverá iniciar a prestação dos serviços em até 15 (quinze) dias corridos, a contar da assinatura do **Termo de Colaboração**, devendo os serviços ser prestados no Município de Santa Bárbara d'Oeste;
- LV.** Deverá atender todas as normas referentes à segurança do trabalho;
- LV.** Providenciar que seus empregados cumpram rigorosamente as determinações e instruções da legislação trabalhista; bem como, os protocolos e normas de funcionamento interno disponibilizados pela **Secretaria Municipal de Educação**.
- LV.** Arcar com todas as despesas relacionadas com alimentação e transporte dos profissionais;
- LVII.** Arcar com todas as despesas referentes ao serviço prestado, tais como seguro, impostos e demais tributos e tudo o mais incidente sobre a prestação de serviços provenientes desta parceria;
- LVIII.** Responder pelos danos e prejuízos, tanto materiais como pessoais, causados à Prefeitura de Santa Bárbara d' Oeste ou a terceiros, durante a execução dos serviços, por ação, omissão, negligência, imperícia ou imprudência própria ou de qualquer de seus profissionais;
- LIX.** Obriga-se a **OSC** a manter, durante toda a execução do Termo de Colaboração, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo administrativo pertinente;
- LX.** Todos os encargos sociais, trabalhistas, de transportes, de seguro alimentação, E.P.I.s, benefícios de qualquer natureza e ainda despesas decorrentes de acidente do trabalho ou quaisquer outras, inclusive danos causados ao município ou a terceiros em face dos serviços ora contratados e prestados, correrão por conta exclusiva da **OSC**, desde o início até o término da Parceria, bem como os encargos inerentes à completa execução de seu objeto;
- LXI.** No tocante aos seus funcionários envolvidos na realização do serviço objeto deste **Termo de Colaboração**, deverá a **OSC**:
- a)** Efetuar e manter os correspondentes registros do Contrato de trabalho dos funcionários, como todas as providências decorrentes, fornecendo à **PMSBO** cópias dos mesmos, juntamente com cópia dos exames médicos admissionais e periódicos e dos comprovantes da entrega dos equipamentos de proteção individual, no final do primeiro mês da prestação do serviço;
- b)** Manter registro de ponto de horas trabalhadas, que será frequentemente aferido e fiscalizado pela **PMSBO**, fornecendo mensalmente cópia deles à **PMSBO**;



- c) Oferecer condições essenciais de trabalho e de segurança aos funcionários, fornecendo os necessários equipamentos de proteção e segurança individual, entregando à **PMSBO**, a cópia do comprovante da sua entrega quando solicitado;
- d) Remeter mensalmente à **PMSBO**, como condição para recebimento dos valores pelos serviços prestados, cópias devidamente autenticadas dos seguintes documentos, correspondentes ao período:
- I. Da folha de pagamento;
  - II. Dos comprovantes dos pagamentos salariais;
  - III. Dos cartões ponto ou documento correspondente aceitos pela **PMSBO**;
  - IV. Da Guia de Informações da Previdência, devidamente recolhida;
  - V. Dos comprovantes de recolhimentos das verbas previdenciárias.
- e) Garantir, quando for necessário, transporte ou vale-transporte aos trabalhadores sob sua responsabilidade, cumprimento às exigências legais pertinentes.
- LXII.** Em caso de avaria em qualquer equipamento que obste a realização dos serviços objeto desta parceria, deverá a **OSC** realizar no prazo de 3 (três) dias úteis a sua substituição ou reparo;
- LXIII.** Garantir, quando for necessário, transporte ou vale-transporte aos trabalhadores sob sua responsabilidade, cumprimento às exigências legais pertinentes;
- LXIV.** A **OSC** em situação de recuperação judicial/extrajudicial deverá comprovar o cumprimento das obrigações do plano de recuperação judicial/extrajudicial sempre que solicitado pelo(s) gestor(es) da presente Parceria e, ainda, na hipótese de substituição ou impedimento do administrador judicial, comunicar imediatamente, por escrito, o(s) gestor(es) em questão;
- LXV.** Se entender necessário, a **Secretaria Municipal de Educação**, através de sua área técnica, poderá vistoriar a entidade sem fins lucrativos e emitirá relatório dessa vistoria;
- LXVI.** Dar pleno atendimento ao artigo 5º da Lei Federal nº 13.019/2014 e demais princípios que regem ou venham a reger a presente;
- LXVII.** A **OSC** deverá divulgar na internet e em locais visíveis de suas sedes sociais e dos estabelecimentos em que exerça suas ações todas as parcerias celebradas com a **PMSBO**, incluindo no mínimo as seguintes informações, além de outras previstas neste Termo de Colaboração e **Dispensa nº 738/2019**:
- a) Data de assinatura e identificação do instrumento de parceria e do órgão da **PMSBO** responsável;
  - b) Nome da organização da sociedade civil e seu número de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ da Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB;
  - c) Descrição do objeto da parceria;
  - d) Valor total da parceria e valores liberados, quando for o caso;



- e) Situação da prestação de contas da parceria, que deverá informar a data prevista para a sua apresentação, a data em que foi apresentada, o prazo para a sua análise e o resultado conclusivo;
  - f) Quando vinculados à execução do objeto e pagos com recursos da parceria, o valor total da remuneração da equipe de trabalho, as funções que seus integrantes desempenham e a remuneração prevista para o respectivo exercício;
- LXVIII.** Treinar e capacitar à equipe operacional, de acordo com as normas de segurança e normas internas de procedimento;
- LXIX.** Cumprir as normas de Segurança do Trabalho – AVCB, PPRA, PCMSO;
- LXX.** Fornecer transporte para a equipe Operacional e Administrativa;
- LXXI.** Implantar sistema de controle de acesso;
- LXXII.** Manter as instalações limpas e em condições de operação e de acordo com as normas técnicas;
- LXXIII.** Manter as documentações em ordem e válidas.

### CLÁUSULA OITAVA – DA ALTERAÇÃO

- 8.1** Este Termo de Colaboração poderá ser modificado, em suas cláusulas e condições, exceto quanto ao seu objeto, com as devidas justificativas, mediante termo aditivo ou por certidão de apostilamento, devendo o respectivo pedido ser apresentado em até 30 (trinta) dias antes do seu término, observado o disposto no artigo 57 da Lei Federal nº 13.019/2014;

**Subcláusula Única** - Os ajustes realizados durante a execução do objeto integrarão o plano de trabalho, desde que submetidos pela **OSC** e aprovados previamente pela autoridade competente.

### CLÁUSULA NONA – DAS COMPRAS E CONTRATAÇÕES

- 9.1** A **OSC** adotará métodos usualmente utilizados pelo setor privado para a realização de compras e contratações de bens e serviços com recursos transferidos pela **PMSBO**.

**Subcláusula Primeira** - A **OSC** deve verificar a compatibilidade entre o valor previsto para realização da despesa, aprovado no plano de trabalho, e o valor efetivo da compra ou contratação e, caso o valor efetivo da compra ou contratação seja superior ao previsto no plano de trabalho, deverá assegurar a compatibilidade do valor efetivo com os novos preços praticados no mercado, devendo elaborar relatório, quando verificada prática irregular nos gastos das despesas, contendo, no mínimo:

- I** - A relação das receitas e despesas realizadas, inclusive rendimentos financeiros, que possibilitem a comprovação da observância do plano de trabalho;
- II** - O comprovante da devolução do saldo remanescente da conta bancária específica, quando houver;
- III** - O extrato da conta bancária específica;
- IV** - A memória de cálculo do rateio das despesas, quando for o caso;



- V - A relação de bens adquiridos, produzidos ou transformados, quando houver; e
- VI - Cópia simples das notas e dos comprovantes fiscais ou recibos, inclusive holerites, com data do documento, valor, dados da organização da sociedade civil e do fornecedor e indicação do produto ou serviço.

**9.1.1.** A memória de cálculo referida no item IV acima, a ser apresentada pela organização da sociedade civil, deverá conter a indicação do valor integral da despesa e o detalhamento da divisão de custos, especificando a fonte de custeio de cada fração, com identificação do número e do órgão ou entidade da parceria, vedada a duplicidade ou a sobreposição de fontes de recursos no custeio de uma mesma parcela da despesa.

**Subcláusula Segunda** - Para fins de comprovação das despesas, a **OSC** deverá obter de seus fornecedores e prestadores de serviços notas, comprovantes fiscais ou recibos, com data, valor, nome e número de inscrição no CNPJ da organização da sociedade civil e do CNPJ ou CPF do fornecedor ou prestador de serviço, e deverá manter a guarda dos documentos originais pelo prazo de dez anos, contado do dia útil subsequente ao da apresentação da prestação de contas ou do decurso do prazo para a apresentação da prestação de contas.

**Subcláusula Terceira.** A **OSC** deverá registrar os dados referentes às despesas realizadas em conformidade com a Instrução nº 02/2016 do **TCESP**, devendo haver a inserção de notas, comprovantes fiscais ou recibos referentes às despesas, e ainda, deverá manter a guarda dos documentos originais pelo prazo de dez anos, contado do dia útil subsequente ao da apresentação da prestação de contas ou do decurso do prazo para a apresentação da prestação de contas.

**Subcláusula Quarta** - Na gestão financeira, a Organização da Sociedade Civil poderá:

- I - Pagar despesa em data posterior ao término da execução do termo de colaboração, mas somente quando o fato gerador da despesa tiver ocorrido durante sua vigência;
- II - Incluir, dentre a Equipe de Trabalho contratada, pessoas pertencentes ao quadro da organização da sociedade civil, inclusive os dirigentes, desde que exerçam ação prevista no plano de trabalho aprovado, nos termos da legislação civil e trabalhista.

**Subcláusula Quinta** - É vedado à **OSC**:

- I - Pagar, a qualquer título, servidor ou empregado público com recursos vinculados à parceria, salvo nas hipóteses previstas em lei específica e na lei de diretrizes orçamentárias;
- II - Contratar, para prestação de serviços, servidor ou empregado público, inclusive aquele que exerce cargo em comissão ou função de confiança, do Município de Santa Bárbara d'Oeste, ou seu cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau, ressalvadas as hipóteses previstas em lei específica e na lei de diretrizes orçamentárias;
- III- Pagar despesa cujo fato gerador tenha ocorrido em data anterior à entrada em vigor deste instrumento.

**Subcláusula Sexta** - É vedado à **PMSBO** praticar atos de ingerência na seleção e na contratação de pessoal pela organização da sociedade civil ou que direcionem o recrutamento de pessoas para trabalhar ou prestar serviços na referida organização.



## CLÁUSULA DÉCIMA – DO MONITORAMENTO E DA AVALIAÇÃO

- 10.1** A execução do objeto da parceria será acompanhada pela **PMSBO** por meio de ações de monitoramento e avaliação, que terão caráter preventivo e saneador, objetivando a gestão adequada e regular da parceria.

**Subcláusula Primeira** - As ações de monitoramento e avaliação contemplarão a análise das informações acerca do processamento da parceria, incluída a possibilidade de consulta às movimentações da conta bancária específica da parceria, além da verificação, análise e manifestação sobre eventuais denúncias existentes relacionadas à parceria.

**Subcláusula Segunda** - No exercício das ações de monitoramento e avaliação do cumprimento do objeto da parceria, a **PMSBO**:

- I-** Designará o gestor da parceria, agente público responsável pela gestão da parceria, designado por ato publicado em meio oficial de comunicação, com poderes de controle e fiscalização (artigo 2º, inciso VI, da Lei Federal nº 13.019/2014);
- II-** Designará a comissão de monitoramento e avaliação, órgão colegiado destinado a monitorar e avaliar a parceria, constituído por ato específico publicado em meio oficial de comunicação (artigo 2º, inciso XI, da Lei Federal nº 13.019/2014 e artigo 9, § 1º, do Decreto Municipal nº 6.769/2017);
- III-** Emitirá relatório(s) técnico(s) de monitoramento e avaliação, na forma e prazos previstos na legislação regente e neste instrumento, sobre a conformidade do cumprimento do objeto e os resultados alcançados durante a execução da presente parceria, para fins de análise da prestação de contas quadrimestral e anual, quando for o caso (artigo 59 da Lei Federal nº 13.019/2014);
- IV-** Realizará visita técnica in loco para subsidiar o monitoramento da parceria, nas hipóteses em que esta for essencial para verificação do cumprimento do objeto da parceria e do alcance das metas;
- V-** Realizará, sempre que possível, nas parcerias com vigência superior a 1 (um) ano, pesquisa de satisfação com os beneficiários do plano de trabalho e utilizará os resultados como subsídio na avaliação da parceria celebrada e do cumprimento dos objetivos pactuados, bem como na reorientação e no ajuste das metas e atividades definidas (artigo 58, §2º, da Lei Federal nº 13.019/2014);
- VI-** Examinará o(s) relatório(s) de execução do objeto e, quando for o caso, o(s) relatório(s) de execução financeira apresentado(s) pela **OSC**, na forma e prazos previstos na legislação regente e neste instrumento (artigo 66, *caput*, da Lei Federal nº 13.019/2014);
- VII-** Poderá valer-se do apoio técnico de terceiros (artigo 58, §1º, da Lei Federal nº 13.019/2014);
- VIII-** Poderá delegar competência ou firmar parcerias com órgãos ou entidades que se situem próximos ao local de aplicação dos recursos (artigo 58, §1º, da Lei Federal nº 13.019/2014);
- VIII-** Poderá utilizar ferramentas tecnológicas de verificação do alcance de resultados, incluídas as redes sociais na internet, aplicativos e outros mecanismos de tecnologia da informação.



**Subcláusula Terceira** - Observado o disposto nos §§ 3º, 6º e 7º do artigo 35 da Lei Federal nº 13.019/2014, a **PMSBO** designará servidor público que atuará como gestor da parceria e ficará responsável pelas obrigações previstas no art. 61 daquela Lei e pelas demais atribuições constantes na legislação regente. Dentre outras obrigações, o gestor é responsável pela emissão do parecer técnico conclusivo de análise da prestação de contas final.

**Subcláusula Quarta** - A comissão de monitoramento e avaliação, de que trata o *inciso II da Subcláusula Segunda*, é a instância administrativa colegiada responsável pelo monitoramento do conjunto de parcerias, pela proposta de aprimoramento dos procedimentos, pela padronização de objetos, custos e indicadores e pela produção de entendimentos voltados à priorização do controle de resultados, sendo de sua competência a avaliação e a homologação dos relatórios técnicos de monitoramento e avaliação (artigo 9º, *caput*, do Decreto nº 6.769/2017).

**Subcláusula Quinta** - A comissão se reunirá periodicamente a fim de avaliar a execução das parcerias por meio da análise das ações de monitoramento e avaliação previstas nesta Cláusula, podendo solicitar assessoramento técnico de especialista que não seja membro desse colegiado para subsidiar seus trabalhos.

**Subcláusula Sexta** - A comissão de monitoramento e avaliação deverá ser constituída por pelo menos 2 (dois) servidores ocupantes de cargo efetivo ou emprego permanente do quadro de pessoal da **PMSBO**, sendo observado, portanto, o disposto no artigo 9º do Decreto Municipal nº 6.769/2017.

**Subcláusula Sétima** - No caso de parceria financiada com recursos de fundo específico, o monitoramento e a avaliação serão realizados pelo respectivo conselho gestor (artigo 59, §2º, da Lei Federal nº 13.019/2014). Nesta hipótese, o monitoramento e a avaliação da parceria poderão ser realizados por comissão de monitoramento e avaliação a ser constituída pelo respectivo conselho gestor, conforme legislação específica, respeitadas as exigências da Lei nº 13.019, de 2014 e de seu regulamento.

**Subcláusula Oitava** - O relatório técnico de monitoramento e avaliação, de que trata o *inciso III da Subcláusula Segunda*, deverá conter os elementos dispostos no §1º do artigo 59 da Lei Federal nº 13.019/2014, e o parecer técnico de análise da prestação de contas quadrimestral e anual, e será submetido à comissão de monitoramento e avaliação, que detém a competência para avaliá-lo e homologá-lo.

**Subcláusula Nona** - A visita técnica *in loco*, de que trata o *inciso IV da Subcláusula Segunda*, não se confunde com as ações de fiscalização e auditoria realizadas pela **PMSBO**, pelos órgãos de controle interno e pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo. A **OSC** deverá ser notificada previamente no prazo mínimo de 3 (três) dias úteis anteriores à realização da visita técnica *in loco*.

**Subcláusula Décima** - Sempre que houver a visita, o resultado será circunstaciado em relatório de visita técnica *in loco*, que deverá ser registrado e enviado à **OSC** para conhecimento, esclarecimentos e providências e poderá ensejar a revisão do relatório, a critério da **PMSBO**. O relatório de visita técnica *in loco* deverá ser considerado na análise da prestação de contas (artigo 66, parágrafo único, *inciso I*, da Lei Federal nº 13.019/2014).



**Subcláusula Décima Primeira** - A pesquisa de satisfação, de que trata o *inciso V da Subcláusula Segunda*, terá por base critérios objetivos de apuração da satisfação dos beneficiários e de apuração da possibilidade de melhorias das ações desenvolvidas pela **OSC**, visando a contribuir com o cumprimento dos objetivos pactuados e com a reorientação e o ajuste das metas e das ações definidas. A pesquisa poderá ser realizada diretamente pela **PMSBO**, com metodologia presencial ou à distância, com apoio de terceiros, por delegação de competência ou por meio de parcerias com órgãos ou entidades aptas a auxiliar na realização da pesquisa.

**Subcláusula Décima Segunda** - Sempre que houver pesquisa de satisfação, a sistematização será circunstanciada em documento que será enviado à **OSC** para conhecimento, esclarecimentos e eventuais providências. A **OSC** poderá opinar sobre o conteúdo do questionário que será aplicado.

**Subcláusula Décima Terceira** - Sem prejuízo da fiscalização pela **PMSBO** e pelos órgãos de controle, a execução da parceria será acompanhada e fiscalizada pelo conselho de política pública setorial eventualmente existente na esfera de governo municipal. A presente parceria estará também sujeita aos mecanismos de controle social previstos na legislação específica (artigo 60 da Lei Federal nº 13.019/2014).

## CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA EXTINÇÃO DO TERMO DE COLABORAÇÃO

11.1 O presente Termo de Colaboração poderá ser:

- I- Extinto por decurso de prazo;
- II- Extinto, de comum acordo antes do prazo avençado, mediante Termo de Distrato;
- III- Denunciado, por decisão unilateral de qualquer dos partícipes, independentemente de autorização judicial, mediante prévia notificação por escrito ao outro partícipe; ou
- IV- Rescindido, por decisão unilateral de qualquer dos partícipes, independentemente de autorização judicial, mediante prévia notificação por escrito ao outro partícipe, nas seguintes hipóteses:
  - a) Descumprimento injustificado de cláusula deste instrumento;
  - b) Irregularidade ou inexecução injustificada, ainda que parcial, do objeto, resultados ou metas pactuadas;
  - c) Omissão no dever de prestação de contas quadrimestral ou anual, nas parcerias com vigência superior a um ano, sem prejuízo do disposto no §2º do artigo 70 da Lei nº 13.019, de 2014 e artigo 31, do Decreto Municipal nº 6.769/2017;
  - d) Violação da legislação aplicável;
  - e) Cometimento de falhas reiteradas na execução;
  - f) Malversação de recursos públicos;
  - g) Constatação de falsidade ou fraude nas informações ou documentos apresentados;
  - h) Não atendimento às recomendações ou determinações decorrentes da fiscalização;
  - i) Descumprimento das condições que caracterizam a parceria privada como **OSC** (artigo 2º, inciso I, da Lei nº 13.019, de 2014);



- j) Paralisação da execução da parceria, sem justa causa e prévia comunicação à **PMSBO**;
- k) Quando os recursos depositados em conta corrente específica não forem utilizados no prazo de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, salvo se houver execução parcial do objeto e desde que previamente justificado pelo gestor da parceria e autorizado pelo **Secretaria Municipal de Educação** ou pelo Prefeito Municipal da **PMSBO**; e
- l) Outras hipóteses expressamente previstas na legislação aplicável.

**Subcláusula Primeira.** A denúncia só será eficaz 60 (sessenta) dias após a data de recebimento da notificação, ficando os participes responsáveis somente pelas obrigações e vantagens do tempo em que participaram voluntariamente da avença.

**Subcláusula Segunda.** Em caso de denúncia ou rescisão unilateral por parte da **PMSBO**, que não decorra de culpa, dolo ou má gestão da **OSC**, o Poder Público ressarcirá a parceira privada dos danos emergentes comprovados que houver sofrido.

**Subcláusula Terceira.** Em caso de denúncia ou rescisão unilateral por culpa, dolo ou má gestão por parte da **OSC**, devidamente comprovada, a organização da sociedade civil não terá direito a qualquer indenização.

**Subcláusula Quarta.** Os casos de rescisão unilateral serão formalmente motivados nos autos do processo administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa. O prazo de defesa será de 10 (dez) dias da abertura de vista do processo.

**Subcláusula Quinta.** Na hipótese de irregularidade na execução do objeto que enseje dano ao erário, deverá ser instaurada Tomada de Contas Especial caso os valores relacionados à irregularidade não sejam devolvidos no prazo estabelecido pela **PMSBO**.

**Subcláusula Sexta.** Outras situações relativas à extinção da parceria não previstas na legislação aplicável ou neste instrumento poderão ser reguladas em Termo de Encerramento da Parceria a ser negociado entre as partes ou, se for o caso, no Termo de Distrato.

## CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA RESTITUIÇÃO DOS RECURSOS

**12.1** Por ocasião da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção deste Termo de Colaboração, a **OSC** deverá restituir os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, sob pena de imediata instauração de tomada de contas especial do responsável, providenciada pela autoridade competente da **PMSBO**.

**Subcláusula Primeira** - Os débitos a serem restituídos pela **OSC** serão apurados mediante atualização monetária, acrescido de juros calculados da seguinte forma:

- I. Nos casos em que for constatado dolo da **OSC** ou de seus prepostos, os juros serão calculados a partir das datas de liberação dos recursos, sem subtração de eventual período de inércia da **PMSBO** quanto a eventual prazo existente; e
- II. Nos demais casos, os juros serão calculados a partir:
  - a) Do decurso do prazo estabelecido no ato de notificação da **OSC** ou de seus prepostos para restituição dos valores ocorrida no curso da execução da parceria; ou
  - b) Do término da execução da parceria, caso não tenha havido a notificação de que trata a alínea “a” deste inciso, com subtração de eventual período de inércia da **PMSBO**, quanto a eventual prazo existente.



**Subcláusula Segunda** - Os débitos a serem restituídos pela **OSC** observarão correção e juros de mora, nos termos da legislação tributária municipal, conforme determina o artigo 39, do Decreto Municipal nº 6.769/2017.

### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DOS BENS REMANESCENTES

**13.1** Os bens patrimoniais adquiridos, produzidos, transformados ou construídos com recursos repassados pela **PMSBO** são da titularidade do Município de Santa Bárbara d'Oeste e ficarão afetados ao objeto da presente parceria durante o prazo de sua duração, sendo considerados bens remanescentes ao seu término.

**Subcláusula Primeira** - Quando da extinção da parceria, os bens remanescentes permanecerão na propriedade do Município de Santa Bárbara d'Oeste, na medida em que os bens serão necessários para assegurar a continuidade do objeto pactuado, seja por meio da celebração de nova parceria, seja pela execução direta do objeto pela **PMSBO**.

**Subcláusula Segunda** - A **OSC** deverá, a partir da data da apresentação da prestação de contas final, disponibilizar os bens remanescentes para a **PMSBO**, que deverá retirá-los, no prazo de até 90 (noventa) dias, após o qual a **OSC** não mais será responsável pelos bens.

**Subcláusula Terceira** - Na hipótese de dissolução da **OSC** durante a vigência da parceria, os bens remanescentes deverão ser retirados pela **PMSBO**, no prazo de até 90 (noventa) dias, contados da data de notificação da dissolução.

**Subcláusula Quarta.** Os bens remanescentes poderão ter sua propriedade revertida para a **OSC**, a critério da **PMSBO**, se ao término da parceria ficar constatado que os bens não serão necessários para assegurar a continuidade do objeto pactuado ou se a **PMSBO** não tiver condições de dar continuidade ao objeto pactuado e, simultaneamente, restar demonstrado que os bens serão úteis à continuidade da execução de ações de interesse social pela **OSC**.

### CLÁUSULA DECIMA QUARTA – DA PROPRIEDADE INTELECTUAL

**14.1** Caso as atividades realizadas pela **OSC** com recursos públicos provenientes do Termo de Colaboração deem origem a bens passíveis de proteção pelo direito de propriedade intelectual, a exemplo de invenções, modelos de utilidade, desenhos industriais, obras intelectuais, cultivares, direitos autorais, programas de computador e outros tipos de criação, a **OSC** terá a titularidade da propriedade intelectual e a participação nos ganhos econômicos resultantes da exploração dos respectivos bens imateriais, os quais ficarão gravados com cláusula de inalienabilidade durante a vigência da parceria.

**Subcláusula Primeira** - Durante a vigência da parceria, os ganhos econômicos auferidos pela **OSC** na exploração ou licença de uso dos bens passíveis de propriedade intelectual, gerados com os recursos públicos provenientes do Termo de Colaboração, deverão ser aplicados no objeto do presente instrumento, sem prejuízo do disposto na Subcláusula seguinte.

**Subcláusula Segunda** - A participação nos ganhos econômicos fica assegurada, nos termos da legislação específica, ao inventor, criador ou autor.



MUNICÍPIO DE SANTA BÁRBARA D'OESTE

**Subcláusula Terceira** - Quando da extinção da parceria, os bens remanescentes passíveis de proteção pelo direito de propriedade intelectual permanecerão na titularidade da **OSC**, quando forem úteis à continuidade da execução de ações de interesse social pela organização, observado o disposto na Subcláusula seguinte.

**Subcláusula Quarta** - Quando da extinção da parceria, os bens remanescentes passíveis de proteção pelo direito de propriedade intelectual poderão ter sua propriedade revertida para a **PMSBO**, a critério da **PMSBO**, quando a **OSC** não tiver condições de dar continuidade à execução de ações de interesse social e a transferência da propriedade for necessária para assegurar a continuidade do objeto pactuado, seja por meio da celebração de nova parceria, seja pela execução direta do objeto pela **PMSBO**.

**Subcláusula Quinta** - A **OSC** declara, mediante a assinatura deste instrumento, que se responsabiliza integralmente por providenciar, independente de solicitação da **PMSBO**, todas as autorizações ou licenças necessárias para que o Município de Santa Bárbara d'Oeste utilize, sem ônus, durante o prazo de proteção dos direitos incidentes, em território nacional e estrangeiro, em caráter não exclusivo, os bens submetidos a regime de propriedade intelectual que forem resultado da execução desta parceria, da seguinte forma:

**I** – Quanto aos direitos de que trata a Lei Federal nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, por quaisquer modalidades de utilização existentes ou que venham a ser inventadas, inclusive:

- a) A reprodução parcial ou integral;
- b) A edição;
- c) A adaptação, o arranjo musical e quaisquer outras transformações;
- d) A tradução para qualquer idioma;
- e) A inclusão em fonograma ou produção audiovisual;
- f) A distribuição, inclusive para oferta de obras ou produções mediante cabo, fibra ótica, satélite, ondas ou qualquer outro sistema que permita ao usuário realizar a seleção da obra ou produção para percebê-la em um tempo e lugar previamente determinados por quem formula a demanda, e nos casos em que o acesso às obras ou produções se faça por qualquer sistema que importe em pagamento pelo usuário;
- g) A comunicação ao público, mediante representação, recitação ou declamação; execução musical, inclusive mediante emprego de alto-falante ou de sistemas análogos; radiodifusão sonora ou televisiva; captação de transmissão de radiodifusão em locais de frequência coletiva; sonorização ambiental; exibição audiovisual, cinematográfica ou por processo assemelhado; emprego de satélites artificiais; emprego de sistemas óticos, fios telefônicos ou não, cabos de qualquer tipo e meios de comunicação similares que venham a ser adotados; exposição de obras de artes plásticas e figurativas; e
- h) A inclusão em base de dados, o armazenamento em computador, a microfilmagem e as demais formas de arquivamento do gênero.

**II** – Quanto aos direitos de que trata a Lei Federal nº 9.279, de 14 de maio de 1996, para a exploração de patente de invenção ou de modelo de utilidade e de registro de desenho industrial;

**III** – Quanto aos direitos de que trata a Lei Federal nº 9.456, de 25 de abril de 1997, pela utilização da cultivar protegida; e



**IV** –Quanto aos direitos de que trata a Lei Federal nº 9.609, de 19 de fevereiro de 1998, pela utilização de programas de computador.

**Subcláusula Sexta** - Cada um dos partícipes tomará as precauções necessárias para salvaguardar o sigilo das informações consideradas confidenciais acerca da propriedade intelectual, podendo estabelecer em instrumento específico as condições referentes à confidencialidade de dado ou informação cuja publicação ou revelação possa colocar em risco a aquisição, manutenção e exploração dos direitos de propriedade intelectual resultantes desta parceria.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS QUADRIMESTRAL E ANUAL**

**15.1** No caso de parcerias com vigência superior a um ano, a **OSC** deverá apresentar prestação de contas quadrimestral e anual, para fins de monitoramento do cumprimento das metas previstas no plano de trabalho, observando-se as regras previstas na legislação, bem como nas Instruções do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, além das cláusulas constantes deste instrumento e do plano de trabalho.

**Subcláusula Primeira** - Para fins de prestação de contas quadrimestral e anual, a **OSC** deverá apresentar Relatório Parcial de Execução do Objeto nos termos da Instrução nº 02/2016 do TCESP, no caso da quadrimestral no primeiro dia útil do mês subsequente, e no caso da anual no prazo de até 30 (trinta) dias após o fim de cada exercício, sendo que se considera exercício cada período de 12 (doze) meses de duração da parceria, contado da primeira liberação de recursos para sua execução.

**Subcláusula Segunda** - Na hipótese de omissão no dever de prestação de contas quadrimestral e anual, o gestor da parceria notificará a **OSC** para, no prazo de 15 (quinze) dias, apresentar a prestação de contas. Persistindo a omissão, a autoridade administrativa competente, sob pena de responsabilidade solidária, adotará as providências para apuração dos fatos, identificação dos responsáveis, quantificação do dano e obtenção do resarcimento, nos termos da legislação vigente.

**Subcláusula Terceira** - O Relatório Parcial de Execução do Objeto conterá:

- I**- A demonstração do alcance das metas referentes ao período de que trata a prestação de contas, com comparativo de metas propostas com os resultados já alcançados;
- II**- A descrição das ações (atividades e/ou projetos) desenvolvidas para o cumprimento do objeto;
- III**- Os documentos de comprovação do cumprimento do objeto, como listas de presença, fotos, vídeos, entre outros;
- IV**- Os documentos de comprovação do cumprimento da contrapartida em bens e serviços, quando houver; e
- V**- Justificativa, quando for o caso, pelo não cumprimento do alcance das metas.

**Subcláusula Quarta** - O Relatório Parcial de Execução do Objeto deverá, ainda, fornecer elementos para avaliação:

**I** - Dos resultados já alcançados e seus benefícios;

**II** - Dos impactos econômicos ou sociais das ações desenvolvidas;

**III** -Do grau de satisfação do público-alvo, que poderá ser indicado por meio de pesquisa de satisfação, declaração de entidade pública ou privada local e declaração do conselho de política pública setorial, entre outros; e



**IV - Da possibilidade de sustentabilidade das ações após a conclusão do objeto.**

**Subcláusula Quinta** - As informações de que trata a Subcláusula anterior serão fornecidas por meio da apresentação de documentos e por outros meios previstos no plano de trabalho, no restante deste Termo de Colaboração, Plano de Trabalho, Legislação e etc.

**Subcláusula Sexta** - O relatório técnico de monitoramento e avaliação conterá:

**I-** Descrição sumária das atividades e metas estabelecidas;

**II-** Análise das atividades realizadas, do cumprimento das metas e do impacto do benefício social obtido em razão da execução do objeto até o período, com base nos indicadores estabelecidos e aprovados no plano de trabalho;

**III-** Valores efetivamente transferidos pela **PMSBO**;

**IV-** Análise dos documentos comprobatórios das despesas apresentados pela **OSC**, quando não for comprovado o alcance das metas e resultados estabelecidos neste instrumento;

**V-** Análise de eventuais auditorias realizadas pelos controles interno e externo, no âmbito da fiscalização preventiva, bem como de suas conclusões e das medidas tomadas em decorrência dessas auditorias;

**VI-** O parecer técnico de análise da prestação de contas quadrimestral e/ou anual, emitido pelo gestor da parceria, que deverá:

- a)** Avaliar as metas já alcançadas e seus benefícios; e
- b)** Descrever os efeitos da parceria na realidade local, referentes:

1. Aos impactos econômicos ou sociais;
2. Ao grau de satisfação do público-alvo; e
3. À possibilidade de sustentabilidade das ações após a conclusão do objeto.

**Subcláusula Sétima** - Quando a exigência for desproporcional à complexidade da parceria ou ao interesse público, a **PMSBO** poderá, mediante justificativa prévia, dispensar a **OSC** da observância do disposto na Subcláusula Quarta, assim como poderá dispensar que o relatório técnico de monitoramento e avaliação contenha a descrição referida na alínea “b” do inciso VI da Subcláusula anterior.

**Subcláusula Oitava** - A prestação de contas quadrimestral e anual será considerada regular quando, da análise do Relatório Parcial de Execução do Objeto, for constatado o alcance das metas da parceria.

**Subcláusula Nona** - Na hipótese de não comprovação do alcance das metas ou quando houver evidência de existência de ato irregular, o gestor da parceria, antes da emissão do relatório técnico de monitoramento e avaliação, notificará a **OSC** para apresentar, no prazo de até 30 (trinta) dias contados da notificação, Relatório Parcial de Execução Financeira, que subsidiará a elaboração do relatório técnico de monitoramento e avaliação.



MUNICÍPIO DE SANTA BÁRBARA D'OESTE

**Subcláusula Décima** - O Relatório Parcial de Execução Financeira, quando exigido, deverá conter:

- I- A relação das receitas e despesas efetivamente realizadas, inclusive rendimentos financeiros, e sua vinculação com a execução do objeto, que possibilitem a comprovação da observância do plano de trabalho;
- II- O extrato da conta bancária específica;
- III- A memória de cálculo do rateio das despesas, quando for o caso, que deverá conter a indicação do valor integral da despesa e o detalhamento da divisão de custos, especificando a fonte de custeio de cada fração, com identificação do número e do órgão ou entidade da parceria, vedada a duplicidade ou a sobreposição de fontes de recursos no custeio de uma mesma parcela da despesa;
- IV- A relação de bens adquiridos, produzidos ou transformados, quando houver; e
- V- Cópia simples das notas e dos comprovantes fiscais ou recibos, inclusive holerites, com data do documento, valor, dados da **OSC** e do fornecedor e indicação do produto ou serviço.

**Subcláusula Décima Primeira.** A análise do Relatório Parcial de Execução Financeira, quando exigido, será feita pela **PMSBO** e contemplará:

- I- O exame da conformidade das despesas, realizado pela verificação das despesas previstas e das despesas efetivamente realizadas, por item ou agrupamento de itens, conforme aprovado no plano de trabalho; e
- II- A verificação da conciliação bancária, por meio da aferição da correlação entre as despesas constantes na relação de pagamentos e os débitos efetuados na conta corrente específica da parceria.

**Subcláusula Décima Segunda** - Os dados financeiros serão analisados com o intuito de estabelecer o nexo de causalidade entre a receita e a despesa realizada, a sua conformidade e o cumprimento das normas pertinentes (artigo 64, §2º, da Lei Federal nº 13.019/2014).

**Subcláusula Décima Terceira.** Na hipótese de o relatório técnico de monitoramento e avaliação evidenciar irregularidade ou inexecução parcial do objeto, o gestor da parceria notificará a **OSC** para, no prazo de 30 (trinta) dias:

- I- Sanar a irregularidade;
- II- Cumprir a obrigação; ou
- III- Apresentar justificativa para impossibilidade de saneamento da irregularidade ou cumprimento da obrigação.

**Subcláusula Décima Quarta.** O gestor da parceria avaliará o cumprimento do disposto na Subcláusula anterior e atualizará o relatório técnico de monitoramento e avaliação, conforme o caso.

**Subcláusula Décima Quinta.** Serão glosados os valores relacionados a metas descumpridas sem justificativa suficiente.

**Subcláusula Décima Sexta.** Se persistir a irregularidade ou inexecução parcial do objeto, o relatório técnico de monitoramento e avaliação:



**I-** Caso conclua pela continuidade da parceria, deverá determinar:

- a) A devolução dos recursos financeiros relacionados à irregularidade ou inexecução apurada ou à prestação de contas não apresentada; e
- b) A retenção das parcelas dos recursos; ou

**II-** Caso conclua pela rescisão unilateral da parceria, deverá determinar:

- a) A devolução dos valores repassados relacionados à irregularidade ou inexecução apurada ou à prestação de contas não apresentada; e
- b) A instauração de tomada de contas especial, se não houver a devolução de que trata a alínea “a” no prazo determinado.

**Subcláusula Décima Sétima** - O relatório técnico de monitoramento e avaliação será submetido à comissão de monitoramento e avaliação designada, que o homologará, no prazo de até 30 (trinta) dias, contado de seu recebimento.

**Subcláusula Décima Oitava.** O gestor da parceria deverá adotar as providências constantes do relatório técnico de monitoramento e avaliação homologado pela comissão de monitoramento e avaliação, sendo que as sanções previstas neste instrumento poderão ser aplicadas independentemente das providências adotadas.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS FINAL**

**16.1** A **OSC** prestará contas da boa e regular aplicação dos recursos recebidos, observando-se as regras previstas nos artigos 63 a 72 da Lei Federal nº 13.019/2014, as previstas no Decreto Municipal nº 6.769/2017, bem como nas Instruções do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, além das cláusulas constantes deste instrumento e do plano de trabalho.

**Subcláusula Primeira** - A prestação de contas terá o objetivo de demonstrar e verificar resultados e deverá conter elementos que permitam avaliar a execução do objeto e o alcance das metas. A prestação de contas apresentada pela **OSC** deverá conter elementos que permitam à **PMSBO** avaliar o andamento ou concluir que o seu objeto foi executado conforme pactuado, com a descrição pormenorizada das atividades realizadas e a comprovação do alcance das metas e dos resultados esperados, até o período de que trata a prestação de contas.

**Subcláusula Segunda** - Para fins de prestação de contas final, a **OSC** deverá apresentar Relatório Final de Execução do Objeto, nos termos da Instrução nº 02/2016 do **TCESP**, no prazo de 90 (noventa) dias a partir do término da vigência da parceria. Tal prazo poderá ser prorrogado por até 30 (trinta) dias, mediante justificativa e solicitação prévia da **OSC**.

**Subcláusula Terceira** - O Relatório Final de Execução do Objeto conterá:

- I. A demonstração do alcance das metas referentes ao período de toda a vigência da parceria, com comparativo de metas propostas com os resultados alcançados;



- II. A descrição das ações (atividades e/ou projetos) desenvolvidas para o cumprimento do objeto;
- III. Os documentos de comprovação do cumprimento do objeto, como listas de presença, fotos, vídeos, entre outros;
- IV. os documentos de comprovação do cumprimento da contrapartida em bens e serviços, quando houver;
- V. Justificativa, quando for o caso, pelo não cumprimento do alcance das metas;
- VI. O comprovante de devolução de eventual saldo financeiro remanescente; e
- VII. A previsão de reserva de recursos para pagamento das verbas rescisórias.

**Subcláusula Quarta** - O Relatório Final de Execução do Objeto deverá, ainda, fornecer elementos para avaliação:

- I. Dos resultados alcançados e seus benefícios;
- II. Dos impactos econômicos ou sociais das ações desenvolvidas;
- III. Do grau de satisfação do público-alvo, que poderá ser indicado por meio de pesquisa de satisfação, declaração de entidade pública ou privada local e declaração do conselho de política pública setorial, entre outros; e
- IV. Da possibilidade de sustentabilidade das ações após a conclusão do objeto.

**Subcláusula Quinta** - As informações de que trata a Subcláusula anterior serão fornecidas por meio da apresentação de documentos e por outros meios previstos no plano de trabalho, bem como demais meios que a **PMSBO** e os Órgãos de Controle Externo e Interno entendam pertinentes, sem prejuízo, inclusive, das previsões constantes na Legislação.

**Subcláusula Sexta** - A análise da prestação de contas final pela **PMSBO** será formalizada por meio de parecer técnico conclusivo emitido pelo gestor da parceria, que deverá verificar o cumprimento do objeto e o alcance das metas previstas no plano de trabalho, e considerará:

- I. Relatório Final de Execução do Objeto;
- II. Os Relatórios Parciais de Execução do Objeto, para parcerias com duração superior a um ano;
- III. Relatório de visita técnica in loco, quando houver; e
- IV. Relatório técnico de monitoramento e avaliação, quando houver (parcerias com vigência superior a um ano).

**Subcláusula Sétima** - Além da análise do cumprimento do objeto e do alcance das metas previstas no plano de trabalho, o gestor da parceria, em seu parecer técnico conclusivo, avaliará a eficácia e efetividade das ações realizadas, devendo mencionar os elementos referidos na **Subcláusula Quarta**.

**Subcláusula Oitava** - Na hipótese de a análise de que trata a **Subcláusula Sexta** concluir que houve descumprimento de metas estabelecidas no plano de trabalho ou evidência de irregularidade, o gestor da parceria, antes da emissão do parecer técnico conclusivo, notificará a **OSC** para que apresente Relatório Final de Execução Financeira, no prazo de até 60 (sessenta) dias contados da notificação. Tal prazo poderá ser prorrogado por até 15 (quinze) dias, mediante justificativa e solicitação prévia da **OSC**.



**Subcláusula Nona.** O Relatório Final de Execução Financeira, quando exigido, deverá conter:

- I. A relação das receitas e despesas efetivamente realizadas, inclusive rendimentos financeiros, e sua vinculação com a execução do objeto, que possibilitem a comprovação da observância do plano de trabalho;
- II. O comprovante da devolução do saldo remanescente da conta bancária específica, quando houver;
- III. O extrato da conta bancária específica;
- IV. A memória de cálculo do rateio das despesas, quando for o caso, que deverá conter a indicação do valor integral da despesa e o detalhamento da divisão de custos, especificando a fonte de custeio de cada fração, com identificação do número e do órgão ou entidade da parceria, vedada a duplicidade ou a sobreposição de fontes de recursos no custeio de uma mesma parcela da despesa;
- V. A relação de bens adquiridos, produzidos ou transformados, quando houver; e
- VI. Cópia simples das notas e dos comprovantes fiscais ou recibos, inclusive holerites, com data do documento, valor, dados da OSC e do fornecedor e indicação do produto ou serviço.

**Subcláusula Décima -** A análise do Relatório Final de Execução Financeira, quando exigido, será feita pela **PMSBO** e contemplará:

- I. O exame da conformidade das despesas, realizado pela verificação das despesas previstas e das despesas efetivamente realizadas, por item ou agrupamento de itens, conforme aprovado no plano de trabalho; e
- II. A verificação da conciliação bancária, por meio da aferição da correlação entre as despesas constantes na relação de pagamentos e os débitos efetuados na conta corrente específica da parceria.

**Subcláusula Décima Primeira -** Os dados financeiros serão analisados com o intuito de estabelecer o nexo de causalidade entre a receita e a despesa realizada, a sua conformidade e o cumprimento das normas pertinentes (artigo 64, §2º, da Lei nº Federal nº 13.019/2014).

**Subcláusula Décima Segunda -** Observada a verdade real e os resultados alcançados, o parecer técnico conclusivo da prestação de contas final embasará a decisão da autoridade competente e poderá concluir pela:

- I. Aprovação das contas, que ocorrerá quando constatado o cumprimento do objeto e das metas da parceria;
- II. Aprovação das contas com ressalvas, que ocorrerá quando, apesar de cumpridos o objeto e as metas da parceria, for constatada impropriedade ou qualquer outra falta de natureza formal que não resulte em dano ao erário; ou
- III. Rejeição das contas, que ocorrerá nas seguintes hipóteses:
  - a) Omissão no dever de prestar contas;
  - b) Descumprimento injustificado do objeto e das metas estabelecidos no plano de trabalho;



- c) Dano ao erário decorrente de ato de gestão ilegítimo ou antieconômico; ou
- d) Desfalque ou desvio de dinheiro, bens ou valores públicos.

**Subcláusula Décima Terceira** - A rejeição das contas não poderá ser fundamentada unicamente na avaliação dos efeitos da parceria, devendo ser objeto de análise o cumprimento do objeto e o alcance das metas previstas no plano de trabalho.

**Subcláusula Décima Quarta** - A decisão sobre a prestação de contas caberá à autoridade responsável por celebrar a parceria ou ao agente a ela diretamente subordinado, vedada a subdelegação.

**Subcláusula Décima Quinta** - A OSC será notificada da decisão da autoridade competente e poderá:

- I. Apresentar recurso, no prazo de 20 (vinte) dias ao Prefeito Municipal, conforme dispõe o Artigo 33, do Decreto Municipal nº 6.769/2017; ou
- II. Sanar a irregularidade ou cumprir a obrigação, no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, prorrogável, no máximo, por igual período (Artigo 70, § 1º da Lei Federal nº 13.019/2014).

**Subcláusula Décima Sexta** - Exaurida a fase recursal, a PMSBO deverá:

- I. No caso de aprovação com ressalvas da prestação de contas, registrar em registro próprio as causas das ressalvas; e
- II. No caso de rejeição da prestação de contas, notificar a OSC para que, no prazo de 10 (dez) dias:
  - a. Devolva os recursos financeiros relacionados com a irregularidade ou inexecução do objeto apurada ou com a prestação de contas não apresentada; ou
  - b. Solicite o ressarcimento ao erário por meio de ações compensatórias de interesse público, mediante a apresentação de novo plano de trabalho, nos termos do §2º do artigo 72 da Lei Federal nº 13.019/2014.

**Subcláusula Décima Sétima** - O registro da aprovação com ressalvas da prestação de contas possui caráter preventivo e será considerado na eventual aplicação de sanções.

**Subcláusula Décima Oitava** - A PMSBO deverá se pronunciar sobre a solicitação de ressarcimento que trata a alínea “b” do inciso II da Subcláusula Décima Sexta no prazo de 10 (dez) dias, sendo a autorização de ressarcimento por meio de ações compensatórias ato de competência exclusiva do Prefeito Municipal. A realização das ações compensatórias de interesse público não deverá ultrapassar a metade do prazo previsto para a execução da parceria.

**Subcláusula Décima Nona** - Na hipótese de rejeição da prestação de contas, o não ressarcimento ao erário ensejará:

- I. A instauração da tomada de contas especial, nos termos da legislação vigente; e
- II. O registro da rejeição da prestação de contas e de suas causas, enquanto perdurarem os motivos determinantes da rejeição.



**Subcláusula Vigésima** - O prazo de análise da prestação de contas final pela **PMSBO** será de 150 (cento e cinquenta) dias, contado da data de recebimento do Relatório Final de Execução do Objeto ou do cumprimento de diligência por ela determinado, podendo ser prorrogado, justificadamente, por igual período, desde que não exceda o limite de 300(trezentos) dias.

**Subcláusula Vigésima Primeira** - O transcurso do prazo definido na Subcláusula anterior, e de sua eventual prorrogação, sem que as contas tenham sido apreciadas:

- I. Não impede que a **OSC** participe de outros chamamentos públicos e celebre novas parcerias; e
- II. Não implica impossibilidade de sua apreciação em data posterior ou vedação a que se adotem medidas saneadoras, punitivas ou destinadas a ressarcir danos que possam ter sido causados aos cofres públicos.

**Subcláusula Vigésima Segunda** - Se o transcurso do prazo definido na Subcláusula Vigésima, e de sua eventual prorrogação, se der por culpa exclusiva da **PMSBO**, sem que se constate dolo da **OSC** ou de seus prepostos, não incidirão juros de mora sobre os débitos apurados no período entre o final do prazo e a data em que foi emitida a manifestação conclusiva pela **PMSBO**, sem prejuízo da atualização monetária, que observará a variação anual do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, calculado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

**Subcláusula Vigésima Terceira** - A **OSC** deverá manter a guarda dos documentos originais relativos à execução da parceria pelo prazo de 10 (dez) anos, contado do dia útil subsequente ao da apresentação da prestação de contas ou do decurso do prazo para a apresentação da prestação de contas.

## CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA- DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

17.1 Quando a execução da parceria estiver em desacordo com o plano de trabalho e com as normas da Lei Federal nº 13.019, de 2014, do Decreto Municipal nº 6.769, de 2017, e da legislação específica, a **PMSBO** poderá, garantida a prévia defesa no prazo de 10 (dez) dias (Artigo 36, § 1º do Decreto Municipal nº 6.769/2017), aplicar à **OSC** as seguintes sanções:

- I- Advertência;
- II- Suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades da administração pública deste Município, por prazo não superior a 2 (dois) anos; e
- III- declaração de inidoneidade para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante o Município de Santa Bárbara d'Oeste, que será concedida sempre que a **OSC** ressarcir a **PMSBO** pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo de 2 (dois) anos da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade.



**Subcláusula Vigésima** - O prazo de análise da prestação de contas final pela **PMSBO** será de 150 (cento e cinquenta) dias, contado da data de recebimento do Relatório Final de Execução do Objeto ou do cumprimento de diligência por ela determinado, podendo ser prorrogado, justificadamente, por igual período, desde que não exceda o limite de 300(trezentos) dias.

**Subcláusula Vigésima Primeira** - O transcurso do prazo definido na Subcláusula anterior, e de sua eventual prorrogação, sem que as contas tenham sido apreciadas:

- I. Não impede que a **OSC** participe de outros chamamentos públicos e celebre novas parcerias; e
- II. Não implica impossibilidade de sua apreciação em data posterior ou vedação a que se adotem medidas saneadoras, punitivas ou destinadas a ressarcir danos que possam ter sido causados aos cofres públicos.

**Subcláusula Vigésima Segunda** - Se o transcurso do prazo definido na Subcláusula Vigésima, e de sua eventual prorrogação, se der por culpa exclusiva da **PMSBO**, sem que se constate dolo da **OSC** ou de seus prepostos, não incidirão juros de mora sobre os débitos apurados no período entre o final do prazo e a data em que foi emitida a manifestação conclusiva pela **PMSBO**, sem prejuízo da atualização monetária, que observará a variação anual do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, calculado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

**Subcláusula Vigésima Terceira** - A **OSC** deverá manter a guarda dos documentos originais relativos à execução da parceria pelo prazo de 10 (dez) anos, contado do dia útil subsequente ao da apresentação da prestação de contas ou do decurso do prazo para a apresentação da prestação de contas.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA- DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

17.1 Quando a execução da parceria estiver em desacordo com o plano de trabalho e com as normas da Lei Federal nº 13.019, de 2014, do Decreto Municipal nº 6.769, de 2017, e da legislação específica, a **PMSBO** poderá, garantida a prévia defesa no prazo de 10 (dez) dias (Artigo 36, § 1º do Decreto Municipal nº 6.769/2017), aplicar à **OSC** as seguintes sanções:

- I- Advertência;
- II- Suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades da administração pública deste Município, por prazo não superior a 2 (dois) anos; e
- III- declaração de inidoneidade para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante o Município de Santa Bárbara d'Oeste, que será concedida sempre que a **OSC** ressarcir a **PMSBO** pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo de 2 (dois) anos da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade.



**Subcláusula Primeira** - A sanção de advertência tem caráter preventivo e será aplicada quando verificadas impropriedades praticadas pela **OSC** no âmbito da parceria que não justifiquem a aplicação de penalidade mais grave.

**Subcláusula Segunda** - A sanção de suspensão temporária será aplicada nos casos em que forem verificadas irregularidades na celebração, execução ou prestação de contas da parceria e não se justificar a imposição da penalidade mais grave, considerando-se a natureza e a gravidade da infração cometida, as peculiaridades do caso concreto, as circunstâncias agravantes ou atenuantes e os danos que dela provieram para a **PMSBO**.

**Subcláusula Terceira** - É facultada a defesa do interessado no prazo de 10 (dez) dias, contados da data de abertura de vista dos autos processuais.

**Subcláusula Quarta** - A aplicação das sanções de suspensão temporária e de declaração de inidoneidade é de competência exclusiva da **Secretaria Municipal de Educação**.

**Subcláusula Quinta** - Da decisão administrativa que aplicar as sanções previstas nesta Cláusula caberá recurso administrativo, no prazo de 10 (dez) dias, contado da data de ciência da decisão. No caso da competência exclusiva da Secretaria Municipal prevista na *Subcláusula anterior*, o recurso cabível é o pedido de reconsideração.

**Subcláusula Sexta** - Prescrevem no prazo de 5 (cinco) anos as ações punitivas da **PMSBO** destinadas a aplicar as sanções previstas nesta Cláusula, contado da data de apresentação da prestação de contas ou do fim do prazo de 90 (noventa) dias a partir do término da vigência da parceria, no caso de omissão no dever de prestar contas, conforme estabelece o art. 73, § 2º da Lei Federal nº 13.019/2014. A prescrição será interrompida com a edição de ato administrativo destinado à apuração da infração.

## CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DA DIVULGAÇÃO

**18.1** Em razão do presente Termo de Colaboração, a **OSC** se obriga a mencionar em todos os seus atos de promoção e divulgação do projeto, objeto desta parceria, por qualquer meio ou forma, a participação do Município de Santa Bárbara d'Oeste.

**Subcláusula única** - A publicidade de todos os atos derivados do presente Termo de Colaboração deverá ter caráter exclusivamente educativo, informativo ou de orientação social, dela não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos.

## CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DA PUBLICAÇÃO

**19.1** A eficácia do presente Termo de Colaboração ou dos aditamentos que impliquem em alteração de valor ou ampliação ou redução da execução do objeto descrito neste instrumento, fica condicionada à publicação do respectivo extrato no Diário Oficial do Estado, Diário Oficial do Município, jornal de grande circulação e, ainda, no sítio oficial do Município de Santa Bárbara d'Oeste, a qual deverá ser providenciada pela **PMSBO**.



MUNICÍPIO DE SANTA BÁRBARA D'OESTE

## CLÁUSULA VIGÉSIMA- DA CONCILIAÇÃO E DO FORO

**20.1** As controvérsias decorrentes da execução do presente Termo de Colaboração que não puderem ser解决adas diretamente por mútuo acordo entre os partícipes deverão ser encaminhadas à Secretaria Municipal de Negócios Jurídicos e de Relações Institucionais do Município de Santa Bárbara d'Oeste, para prévia tentativa de conciliação e solução administrativa de dúvidas de natureza eminentemente jurídica relacionadas à execução da parceria, assegurada a prerrogativa de a organização da sociedade civil se fazer representar por advogado, observado o disposto no inciso XVII do *caput* do artigo 42 da Lei Federal nº 13.019/2014.

**Subcláusula Única** - Não logrando êxito a tentativa de conciliação e solução administrativa, será competente para dirimir as questões decorrentes deste Termo de Colaboração o foro da Justiça Estadual da Comarca de Santa Bárbara d'Oeste.

E, por assim estarem plenamente de acordo, os partícipes obrigam-se ao total e irrenunciável cumprimento dos termos do presente instrumento, o qual lido e achado conforme, foi lavrado em 03 (três) vias de igual teor e forma, que vão assinadas pelos partícipes, para que produza seus legais efeitos, em Juízo ou fora dele.

Santa Bárbara d'Oeste, 06 JAN. 2020

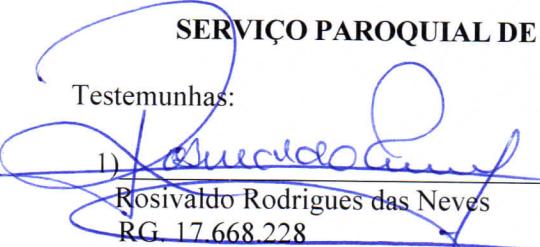
  
**DENIS EDUARDO ANDIA**  
 PREFEITO MUNICIPAL  
 PMSBO

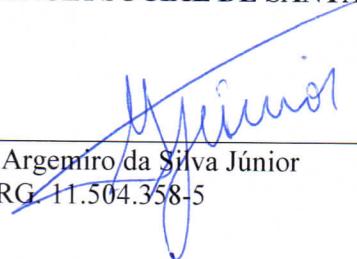
  
**TÂNIA MARA DA SILVA**  
 SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
 PMSBO

  
**MERLI DO CARMO MELO CAVANI CALLEF**  
 PRESIDENTE

**SERVIÇO PAROQUIAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE SANTA BÁRBARA**

Testemunhas:

1)   
**Rosivaldo Rodrigues das Neves**  
 RG. 17.668.228

2)   
**Argemiro da Silva Júnior**  
 RG. 11.504.358-5

Serviço Paroquial de Assistência Social de Santa Bárbara  
 Fone: (19) 3463-6785  
 E-mail: crechejoapaulo2@hotmail.com

# CLASSIF

QUINTA-FEIRA | 19 | DEZEMBRO | 2019

DIÁR

## VEÍCULOS

### NOVOS E USADOS

#### VOLVO N-10L 88

Cavalinho, está tra-  
blando, R\$ 25.000 + pres-  
tações de R\$ 1.180,00,

**ANUNCIE  
AQUI!**

TÂNIA MARA DA SILVA - Secretaria Municipal de Educação

#### EXTRATO DA JUSTIFICATIVA

PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 668-03-07/2019 - DISPENSA 738/2019 - TERMO DE  
COLABORAÇÃO

OSC PROPONENTE: SERVIÇO PAROQUIAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE SANTA BÁRBARA

CNPJ: 55.728.215/0001-88

ENDEREÇO: Rua das Embaobas nº 98 - Jardim Paraiso - Santa Barbara d'Oeste - SP

VALOR TOTAL DO REPASSE: R\$ 304.911,00

PERÍODO DE VIGÊNCIA: Exercício 2020

OBJETO DA PARCERIA: Contratação de pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos:

"Serviço Paroquial de Assistência Social - Papa João Paulo II" para atendimento a 60 (sessenta) alunos de Maternal I a Maternal III.

FUNDAMENTO LEGAL: A presente publicação - e parceria está fundamentada no Artigo 30, Inc VI e Artigo 32, ambos da Lei Federal 13019/2014, bem como no artigo 20 § 1º do Decreto Municipal 6769/2017.

A partir da publicação das JUSTIFICATIVAS DOS PROCESSOS CITADOS EM EPIGRAFE, fica concedido o prazo de 5 (cinco) dias para a impugnação. A documentação deverá ser protocolizada na Prefeitura Municipal - Setor de Protocolos - Av. Monte Castelo, 1000, Jardim Primavera, nesta cidade e Estado, das 09h00 às 16h00, no prazo concedido.

Santa Bárbara d'Oeste, 18 de dezembro de 2019.

DENIS EDUARDO ANDIA - Prefeito Municipal

TÂNIA MARA DA SILVA - Secretaria Municipal de Educação

#### EXTRATO DA JUSTIFICATIVA

PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 668-03-07/2019 - DISPENSA 739/2019 - TERMO DE  
COLABORAÇÃO

OSC PROPONENTE: ASSOCIAÇÃO DE BENEFICÊNCIA E EDUCAÇÃO

CNPJ: 56.728.793/0001-14

ENDEREÇO: Av. Bandeirantes nº 705 - Vila Oliveira - Santa Barbara d'Oeste - SP

VALOR TOTAL DO REPASSE: R\$ 1.453.409,10

PERÍODO DE VIGÊNCIA: Exercício 2020

OBJETO DA PARCERIA: Contratação de pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos:

"Associação de beneficência e Educação - Casa da Criança", para atendimento a 286 (duzentos e oitenta e seis) alunos da Educação Infantil.

FUNDAMENTO LEGAL: A presente publicação - e parceria está fundamentada no Artigo 30, Inc VI e Artigo 32, ambos da Lei Federal 13019/2014, bem como no artigo 20 § 1º do Decreto Municipal 6769/2017.

A partir da publicação das JUSTIFICATIVAS DOS PROCESSOS CITADOS EM EPIGRAFE, fica concedido o prazo de 5 (cinco) dias para a impugnação. A documentação deverá ser protocolizada na Prefeitura Municipal - Setor de Protocolos - Av. Monte Castelo, 1000, Jardim Primavera, nesta cidade e Estado, das 09h00 às 16h00, no prazo concedido.

Santa Bárbara d'Oeste, 18 de dezembro de 2019.

DENIS EDUARDO ANDIA - Prefeito Municipal

TÂNIA MARA DA SILVA - Secretaria Municipal de Educação

#### AVISO DE SUSPENSÃO PREGÃO PRESENCIAL 273/2019

Objeto: Contratação de empresa especializada para operação e manutenção e monitoramento do Aterro Sanitário Municipal e coleta e transporte de resíduos domiciliares no sistema porta a porta e conteinerizado, com fornecimento de equipamentos, containeres e mão de obra, em regime de empreitada por preço unitário.

FICA SUSPENSO O PRESENTE PREGÃO PRESENCIAL PARA REVISÃO DO EDITAL.

Santa Bárbara d'Oeste, 18 de dezembro de 2019.

DENIS EDUARDO ANDIA - Prefeito Municipal

LAERSON ANDIA - Secretário de Administração

#### AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL 268/2019 - REGISTRO DE PREÇOS

Objeto: Registro de preços para fornecimento de gêneros alimentícios formulados para a Merenda Escolar.

Entrega dos Envelopes 01 e 02 e credenciamento: 08/01/2020 às 09h30Min.

Abertura do Envelope nº 01: 08/01/2020 às 10h00.

O Edital completo e seus anexos poderão ser adquiridos pelos interessados, pelo site da Prefeitura Municipal [www.santabarbara.sp.gov.br](http://www.santabarbara.sp.gov.br)

Santa Bárbara d'Oeste, 18 de dezembro de 2019.

DENIS EDUARDO ANDIA - Prefeito Municipal

LAERSON ANDIA - Secretário de Administração

#### AVISO DE RETIFICAÇÃO LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL 273/2019

Objeto: Contratação de empresa especializada para operação e manutenção e monitoramento do

## DIVERSOS

#### SOS ANIMAIS DOA:

Doam-se cães SRD porte mé-  
dio e grande, macho e fêmea,  
castrados e microchipados e  
filhinhos de gatos. Inscri-  
ções abertas para castrações.  
Feira de filhotes todos os sá-  
bados ao lado da Igreja Ma-  
triz das 10h às 12h.



Diga não!

## EMPRE

#### ASSISTENTE COMERCI

de 18 anos, possuir expe-  
riência interna para indústria. En-  
kmebalagens@gmail.co

## MUNICÍPIO

### LEI MUNICIPAL N°

"Dispõe sobre a abertura a  
Município para o exercício de

DENIS EDUARDO ANDIA, P  
Estado de São Paulo, no us  
Lei, faz saber que a Câmara  
seguinte Lei Municipal:

Art. 1º. Fica aberto no Setor  
Fazenda, crédito adicional ex-  
cessivo, no quadro de Detalhei

Órgão : 02 – Prefeitura Muni-  
Unidade Orçamentária: 02.01  
Funcional Programática: 10.3

Elemento de Despesa: 3.1.90  
Civil  
Valor: R\$ 800.000,00

Art. 2º O crédito aberto no  
corresponde aos recursos p  
dotações:

Órgão : 01 – Câmara Muni-  
Unidade Orçamentária: 01.01  
Funcional Programática: 01.  
administrativas

Elemento de Despesa: 3.1.90  
reformas  
Valor: 70.000,00

Elemento de Despesa: 3.1.90  
Civil  
Valor: 50.000,00

Elemento de Despesa: 3.1.90  
Valor: 350.000,00

Elemento de Despesa: 3.1.90  
Valor: 20.000,00

Elemento de Despesa: 3.1.90  
Valor: 69.000,00

Elemento de Despesa: 3.3.  
Jurídica  
Valor: 141.000,00

Elemento de Despesa: 3.3.9  
Valor: 50.000,00

Elemento de Despesa: 4.4.9  
Valor: 50.000,00

Art. 3º Esta Lei entrará em v